

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	55
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.692
Preferenciais	0
Total	67.692
Em Tesouraria	
Ordinárias	7
Preferenciais	0
Total	7

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	10.272.195	8.676.562
1.01	Ativo Circulante	9.805.485	8.255.271
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.689	93.092
1.01.03	Contas a Receber	2.847.802	2.211.687
1.01.03.01	Clientes	2.847.802	2.211.687
1.01.04	Estoques	3.208.024	2.264.415
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.801	112.915
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	70.801	112.915
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.626.169	3.573.162
1.01.08.03	Outros	3.626.169	3.573.162
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	21.797	15.005
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	3.584.539	3.543.465
1.01.08.03.03	Outros Ativos	19.833	14.692
1.02	Ativo Não Circulante	466.710	421.291
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.412	17.604
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.377	7.569
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	7.377	7.569
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.035	10.035
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	10.035	10.035
1.02.03	Imobilizado	442.605	396.091
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	391.040	341.954
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	51.565	54.137
1.02.04	Intangível	6.693	7.596
1.02.04.01	Intangíveis	6.693	7.596
1.02.04.01.02	Intangíveis	6.693	7.596

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	10.272.195	8.676.562
2.01	Passivo Circulante	12.943.801	10.072.075
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.700	15.194
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.700	15.194
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	22.700	15.194
2.01.02	Fornecedores	463.112	106.567
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	463.112	106.567
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.457.921	9.846.128
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	90.973	125.066
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	90.973	125.066
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12.366.914	9.721.035
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	34	27
2.01.05	Outras Obrigações	68	104.186
2.01.05.02	Outros	68	104.186
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	3	235
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	65	103.951
2.02	Passivo Não Circulante	4.761.768	5.114.677
2.02.02	Outras Obrigações	4.315.130	4.670.169
2.02.02.02	Outros	4.315.130	4.670.169
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	4.311.640	4.666.378
2.02.02.02.05	Fornecedores	930	1.035
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	2.560	2.756
2.02.04	Provisões	446.638	444.508
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	350.628	349.064
2.02.04.01.05	Provisão Para Contingências	350.628	349.064
2.02.04.02	Outras Provisões	96.010	95.444
2.02.04.02.05	Provisão para Passivo a Descoberto de Investidas	96.010	95.444
2.03	Patrimônio Líquido	-7.433.374	-6.510.190
2.03.01	Capital Social Realizado	208.714	208.714
2.03.02	Reservas de Capital	19.528	19.528
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-224	-224
2.03.02.07	Reservas de Capital	19.752	19.752
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.661.616	-6.738.432

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.405.756	4.324.395	1.359.003	2.665.712
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.780.197	-5.015.570	-1.530.170	-2.878.394
3.03	Resultado Bruto	-374.441	-691.175	-171.167	-212.682
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-146.877	-290.656	-131.171	-231.064
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-143.703	-284.526	-128.603	-225.742
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-143.048	-283.246	-127.993	-224.543
3.04.02.02	Remuneração da Adminsitração	-655	-1.280	-610	-1.199
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	73	295	1.399	2.326
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.247	-6.425	-3.967	-7.648
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-521.318	-981.831	-302.338	-443.746
3.06	Resultado Financeiro	6.950	58.647	105.354	138.069
3.06.01	Receitas Financeiras	27.251	107.371	151.095	234.655
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.301	-48.724	-45.741	-96.586
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-514.368	-923.184	-196.984	-305.677
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-514.368	-923.184	-196.984	-305.677
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-514.368	-923.184	-196.984	-305.677
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-7,6	-13,64	-2,91	-4,52
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-7,6	-13,64	-2,91	-4,52

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-514.368	-923.184	-196.984	-305.677
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2.554	5.110
4.03	Resultado Abrangente do Período	-514.368	-923.184	-194.430	-300.567

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.811	53.202
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-890.592	-285.306
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-923.184	-305.677
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	6.425	7.648
6.01.01.04	Depreciações e Amortizações	24.603	12.919
6.01.01.07	Provisão Para Contingências	1.564	-196
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	920.403	338.508
6.01.02.01	Contas a Receber	-636.115	-550.676
6.01.02.02	Estoques	-943.610	-381.408
6.01.02.03	Créditos Diversos	-47.307	-393.167
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	42.114	-7.412
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	-6.792	-699
6.01.02.06	Outros Ativos Circulantes	-5.141	-22.936
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	0	-600
6.01.02.09	Fornecedores	356.440	112.659
6.01.02.11	Impostos e Taxas a Recolher	2.257.055	1.586.381
6.01.02.12	Adiantamentos de Clientes	-232	-1.660
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-103.515	-7.044
6.01.02.18	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	7.506	5.070
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70.214	-49.041
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-71.124	-47.495
6.02.02	Aquisição de Intangível	910	-1.546
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-40.403	4.161
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.092	5
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.689	4.166

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	208.714	19.528	0	-6.738.432	0	-6.510.190
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	208.714	19.528	0	-6.738.432	0	-6.510.190
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-923.184	0	-923.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	208.714	19.528	0	-7.661.616	0	-7.433.374

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	208.714	19.528	0	-5.705.697	8.384	-5.469.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	208.714	19.528	0	-5.705.697	8.384	-5.469.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-300.567	-5.110	-305.677
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-305.677	0	-305.677
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	5.110	-5.110	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	208.714	19.528	0	-6.006.264	3.274	-5.774.748

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	7.374.385	4.362.417
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.374.090	4.360.091
7.01.02	Outras Receitas	295	2.326
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.175.525	-2.996.667
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.015.570	-2.878.394
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-159.955	-118.273
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.198.860	1.365.750
7.04	Retenções	-25.515	-12.237
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.515	-12.237
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.173.345	1.353.513
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	100.946	227.007
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.425	-7.648
7.06.02	Receitas Financeiras	107.371	234.655
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.274.291	1.580.520
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.274.291	1.580.520
7.08.01	Pessoal	95.135	67.515
7.08.01.01	Remuneração Direta	65.848	44.216
7.08.01.02	Benefícios	23.288	16.526
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.508	3.658
7.08.01.04	Outros	1.491	3.115
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.048.019	1.719.193
7.08.02.01	Federais	1.014.409	580.985
7.08.02.02	Estaduais	2.032.464	1.137.271
7.08.02.03	Municipais	1.146	937
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.321	99.489
7.08.03.01	Juros	48.528	96.342
7.08.03.02	Aluguéis	5.597	2.903
7.08.03.03	Outras	196	244
7.08.03.03.02	Despesas Bancárias	196	244
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-923.184	-305.677
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-923.184	-305.677

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	10.287.823	8.693.163
1.01	Ativo Circulante	9.817.361	8.268.498
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.243	93.092
1.01.03	Contas a Receber	2.847.758	2.211.687
1.01.03.01	Clientes	2.847.758	2.211.687
1.01.04	Estoques	3.209.573	2.265.181
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.204	114.298
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.204	114.298
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.634.583	3.584.240
1.01.08.03	Outros	3.634.583	3.584.240
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	21.930	15.466
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	3.584.693	3.546.165
1.01.08.03.03	Outros Ativos	27.960	22.609
1.02	Ativo Não Circulante	470.462	424.665
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.281	10.302
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.281	10.302
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	10.281	10.302
1.02.03	Imobilizado	453.488	406.767
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	401.923	352.630
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	51.565	54.137
1.02.04	Intangível	6.693	7.596
1.02.04.01	Intangíveis	6.693	7.596
1.02.04.01.02	Intangíveis	6.693	7.596

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	10.287.823	8.693.163
2.01	Passivo Circulante	12.948.215	10.076.152
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.535	15.767
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.535	15.767
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	23.535	15.767
2.01.02	Fornecedores	465.875	109.159
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	465.875	109.159
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.458.732	9.847.038
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	91.443	125.596
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	91.443	125.596
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12.367.002	9.721.173
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	287	269
2.01.05	Outras Obrigações	73	104.188
2.01.05.02	Outros	73	104.188
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	3	235
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	70	103.953
2.02	Passivo Não Circulante	4.775.002	5.129.166
2.02.02	Outras Obrigações	4.333.077	4.688.763
2.02.02.02	Outros	4.333.077	4.688.763
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições	4.314.291	4.669.230
2.02.02.02.06	Fornecedores	16.226	16.777
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	2.560	2.756
2.02.04	Provisões	441.925	440.403
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	441.925	440.403
2.02.04.01.05	Provisão para Contingências	441.925	440.403
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-7.435.394	-6.512.155
2.03.01	Capital Social Realizado	208.714	208.714
2.03.02	Reservas de Capital	19.528	19.528
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-224	-224
2.03.02.07	Reservas de Capital	19.752	19.752
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.661.616	-6.738.432
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-2.020	-1.965

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.405.643	4.325.109	1.358.914	2.666.067
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.780.098	-5.016.200	-1.530.227	-2.879.018
3.03	Resultado Bruto	-374.455	-691.091	-171.313	-212.951
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-146.432	-289.760	-130.558	-229.774
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-148.866	-294.490	-133.155	-234.320
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-148.147	-293.053	-132.467	-232.965
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-719	-1.437	-688	-1.355
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.434	4.730	2.597	4.546
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-520.887	-980.851	-301.871	-442.725
3.06	Resultado Financeiro	6.499	57.612	104.853	136.981
3.06.01	Receitas Financeiras	27.251	107.385	151.095	234.657
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.752	-49.773	-46.242	-97.676
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-514.388	-923.239	-197.018	-305.744
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-514.388	-923.239	-197.018	-305.744
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	20	55	34	67
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	20	55	34	67
3.10.01.01	Não Controladores	20	55	34	67
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-514.368	-923.184	-196.984	-305.677
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-7,6	-13,64	-2,91	-4,52
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-7,6	-13,64	-2,91	-4,52

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-514.388	-923.239	-197.018	-305.744
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2.554	5.110
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-514.388	-923.239	-194.464	-300.634
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-514.368	-923.184	-194.430	-300.567
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-20	-55	-34	-67

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.744	53.249
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-896.887	-293.169
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do Exercício	-923.239	-305.744
6.01.01.04	Depreciações e Amortizações	24.830	13.129
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.522	-554
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	927.631	346.418
6.01.02.01	Contas a Receber	-636.071	-551.325
6.01.02.02	Estoques	-944.392	-381.535
6.01.02.03	Créditos Diversos	-38.583	-383.911
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	42.094	-7.427
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	-6.464	-869
6.01.02.06	Outros Ativos Circulantes	-5.351	-24.404
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	21	-600
6.01.02.09	Fornecedores	356.165	111.087
6.01.02.11	Impostos e Taxas a Recolher	2.256.755	1.585.892
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-232	-1.660
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-104.079	-4.065
6.01.02.17	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	7.768	5.235
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70.648	-49.156
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-71.558	-47.609
6.02.02	Aquisição do Intangível	910	-1.547
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	55	67
6.03.01	Participação de não Controladores	55	67
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-39.849	4.160
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.092	6
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.243	4.166

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	208.714	19.528	0	-6.738.432	0	-6.510.190	-1.965	-6.512.155
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	208.714	19.528	0	-6.738.432	0	-6.510.190	-1.965	-6.512.155
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-923.184	0	-923.184	-55	-923.239
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	208.714	19.528	0	-7.661.616	0	-7.433.374	-2.020	-7.435.394

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	208.714	19.528	0	-5.705.697	8.384	-5.469.071	-1.810	-5.470.881
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	208.714	19.528	0	-5.705.697	8.384	-5.469.071	-1.810	-5.470.881
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-310.787	5.110	-305.677	-67	-305.744
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-305.677	0	-305.677	-67	-305.744
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.110	5.110	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	208.714	19.528	0	-6.016.484	13.494	-5.774.748	-1.877	-5.776.625

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	7.378.727	4.365.222
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.373.997	4.360.676
7.01.02	Outras Receitas	4.730	4.546
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.178.119	-2.999.630
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.016.200	-2.879.018
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-161.919	-120.612
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.200.608	1.365.592
7.04	Retenções	-25.743	-12.447
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.743	-12.447
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.174.865	1.353.145
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	107.371	234.657
7.06.02	Receitas Financeiras	107.371	234.657
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.282.236	1.587.802
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.282.236	1.587.802
7.08.01	Pessoal	100.237	70.939
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.004	45.672
7.08.01.02	Benefícios	25.064	17.865
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.678	3.774
7.08.01.04	Outros	1.491	3.628
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.049.771	1.719.892
7.08.02.01	Federais	1.015.772	581.275
7.08.02.02	Estaduais	2.032.775	1.137.606
7.08.02.03	Municipais	1.224	1.011
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.468	102.715
7.08.03.01	Juros	49.540	99.424
7.08.03.02	Aluguéis	5.696	2.955
7.08.03.03	Outras	232	336
7.08.03.03.02	Despesas Bancárias	208	317
7.08.03.03.03	Descontos Concedidos	24	19
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-923.240	-305.744
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-923.240	-305.744

RESULTADOS 2T25
Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2025 – A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – em Recuperação Judicial (B3: RPMG3, “Refit” ou “Companhia”) anuncia hoje os resultados referentes ao 2º trimestre de 2025 (2T25). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em milhares de Reais, conforme a legislação societária e normas internacionais de Contabilidade – *IFRS (International Financial Reporting Standards)*. Todas as comparações realizadas neste relatório da Administração levam em consideração o 2º trimestre de 2024 (2T24), exceto quando especificado ao contrário.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O período do segundo trimestre de 2025 (2T25) foi marcado por situações que geraram profundos abalos nas perspectivas econômico-financeiras das Companhias de capital aberto, mais precisamente, àquelas que lidam com uma das principais *commodities* do mercado: Óleo & Gás. Nota-se, no intervalo apresentado, uma persistência e intensificação das incertezas econômicas que já existiam desde o começo do ano de 2025; tais indefinições estão ancoradas tanto no cenário externo, por meio dos crescentes conflitos geopolíticos e condução das políticas monetárias e comerciais, quanto do panorama político-econômico do Brasil, através da insegurança e imprecisão que os agentes econômicos vêm apontando frente aos embates apresentados no escopo da relação entre Governo vs. Congresso Nacional.

No que compete ao cenário externo, podemos destacar: **a)** a implementação das “tarifas comerciais recíprocas”, impostas pelo governo de Donald Trump, em vigor desde 02 de abril, aos demais parceiros mercantis, e ao consequente acirramento das relações comerciais entre os países frente às adversidades impostas para adentrar no mercado consumidor norte-americano; **b)** à manutenção, desde dezembro de 2024, e possível elevação da taxa de juros pelo *FED* (Banco Central dos EUA) frente às projeções de reaceleração da inflação em decorrência do impacto das restrições de importações provocadas pelas “tarifas comerciais recíprocas”; **c)** ao “Conflito dos 12 dias” entre Irã-Israel, no mês de junho, o qual suscitou: **i)** temores de escalada global do embate; **ii)** escalonamento dos preços do barril de petróleo; e **iii)** reconfiguração de forças numa região do Globo já marcada por intensas instabilidades; **d)** à continuidade da Guerra Russo-Ucraniana a qual não demonstra arrefecimento entre as partes, apesar dos esforços de negociação entre as potências envolvidas; e **e)** ao prosseguimento do conflito Israelo-Palestino o qual teve um breve cessar-fogo desde meados de janeiro, mas foi interrompido a partir de março, tornando esse conflito um dos mais violentos na região do Oriente-Médio.

RESULTADOS 2T25
Comentário do Desempenho

Atendo-se ao cenário doméstico, a economia brasileira demonstrou resiliência, apesar da presença de indícios de desaceleração, a qual o Boletim Macrofiscal do Ministério da Fazenda, divulgado em 11 de julho, evidenciou com as expectativas do PIB, para o 2T25, vindo a desacelerar para um crescimento de 0,6% na margem trimestral, em contraste com a elevação de 1,4% do 1T25. O período em questão foi, também, caracterizado pelo término do ciclo de elevação da taxa de juros SELIC; em 18 de junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, promoveu um ajuste, elevando-a a 15% a.a., o que sinalizou ao mercado que a taxa SELIC, no maior patamar desde julho de 2006, se estabilizará nessa faixa pelos próximos meses. A persistência da política monetária com viés restritivo corrobora a expectativa de uma desaceleração gradual da atividade econômica durante o segundo semestre de 2025.

A pauta política nacional também contribuiu para que o 2T25 apresentasse uma conjuntura de desaceleração econômica, posto que Governo e Congresso Nacional fizeram poucos avanços em resposta à fragilidade fiscal do Brasil, e a formação de um novo consenso que permita a aprovação de reformas estruturais para conter a alta de gastos públicos obrigatórios não tem encontrado respaldo no decorrer de 2025. Essa situação desencadeia uma alta da volatilidade das expectativas dos agentes econômicos a qual é agravada pelas incertezas globais, conforme apontado anteriormente, e pelas eleições majoritárias no Brasil, em 2026, a qual já destoa no horizonte das negociações políticas e permeia as perspectivas do mercado.

Vale destacar que a percepção de falta de urgência em reduzir os desequilíbrios fiscais tem contribuído para que as expectativas de inflação do setor privado, apontadas no Relatório Focus de 30 de junho, permanecessem acima da meta do Banco Central. A projeção de inflação para 2025, por exemplo, medida pelo IPCA, foi de 3,78% no mesmo período do ano passado para 5,20% ao término do 2T25, conforme apontado no Relatório Focus, ultrapassando, portanto, o teto da meta do Banco Central de 4,5%.

No que compete ao panorama da Refit, no decorrer do 2T25, a Administração repete, exaustivamente, que os ajustes nos preços de vendas dos produtos da Companhia, ocorridos a partir do 2º trimestre de 2023, são decorrentes da Política de Preços da Petrobras (Política Comercial), anunciada em 16 de maio de 2023. Transcorrido um período de 2 anos, verifica-se que Política de Preços da Petrobras manter-se-á vigente por tempo indeterminado, e a Refit acredita que, inevitavelmente, continuará sentindo os efeitos desse ajuste em suas margens e no resultado líquido até que, em algum momento, o alinhamento ao Preço de Paridade de Importação (PPI) seja completamente restabelecido.

Durante o 2º trimestre de 2025, a Petrobras, detentora do monopólio nacional dos combustíveis, continuou a praticar preços inferiores ao mercado internacional, mantendo a desvinculação do PPI,

RESULTADOS
Comentário do Desempenho

o que impactou os importadores de combustíveis e pequenos *players*. Consta-se que o último reajuste às distribuidoras foi em meados de julho de 2024, e somente para a Gasolina, quanto ao Diesel o último reajuste, anterior ao de 1º de fevereiro de 2025, só havia ocorrido na segunda quinzena de dezembro de 2023, nota-se, portanto, o grande espaçamento que a Petrobras tem dado aos reajustes dos combustíveis atrelado à sua nova Política Comercial. No decorrer do 1º semestre de 2025, por exemplo, a Petrobras promoveu 3 (três) reajustes no preço do Diesel A e 1 (um) reajuste no preço da Gasolina, no entanto, em ambos os combustíveis, os reajustes provocaram diminuição nos preços nas Refinarias da Petrobras e não os aumentaram, como se espera pelos demais importadores que competem no mercado; isso torna, portanto, o cenário ainda mais desafiador para *players* menores como a Refit. Ao se analisar o período de janeiro a junho de 2025, observa-se que o preço médio do Diesel A S-10 nas refinarias brasileiras estava R\$ 0,10/litro¹ abaixo da paridade de importação, enquanto a Gasolina A apresentou um preço médio defasado de R\$ 0,08/litro¹; no caso da Gasolina A, o cenário é agravado porque o produto costuma ficar mais caro no mercado internacional para o período do 2T25, já que a demanda do mercado norte-americano cresce por conta das férias de verão. A Administração enfatiza, incessantemente, que essa situação tem causado impactos significativos nas operações financeiras da Companhia, alterando sua estrutura de custos e pressionando suas margens operacionais. A Refit está atenta a esses desafios e monitora, continuamente, a evolução dos preços frente à Política de Preços da estatal; essa postura visa manter uma abordagem cautelosa que garanta a sustentabilidade e competitividade da Companhia, a qual tem como seu *core-business* uma *commodity* (petróleo) caracterizada por sua volatilidade e interconexão global.

Devido à Política Comercial da Petrobras, a Administração da Refit mantém-se forçada a implementar ajustes importantes nos preços de vendas aos seus distribuidores, sendo que os resultados dessa prática, no decorrer do 2º trimestre (2T25), impactaram, significativamente, nossa Receita Líquida, dessa forma, a Refit auferiu, no 2T25, uma Receita Líquida de R\$ 2.405,6 milhões, representando uma elevação de 77,0% em relação ao 2T24, considerando que na ausência do impacto dessa nova Política Comercial da Petrobras nossa Receita poderia ter sido maior. Posto isso, a análise sobre a Receita Líquida, no período dos 2T25 em comparação ao 2T24, demonstra, claramente, a resiliência da nossa performance e a busca contínua pela superação dos obstáculos impostos à Refit. Apesar dos esforços significativos, a Administração evidencia o peso do monopólio da Petrobras e a defasagem no preço, praticado internamente, dos combustíveis, pois isso é refletido nos resultados financeiros apresentados pela Companhia. Isso, nos permite sempre ressaltar o tamanho do desafio que a Administração se depara frente às estratégias implementadas e a capacidade de adaptação e superação das adversidades, sublinhando o compromisso ininterrupto com o sucesso e a sustentabilidade financeira da Companhia.

¹ABICOM: Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, publicada em 30/06/2025.



RESULTADOS 2T25

Comentário do Desempenho

A Refit demonstra um compromisso permanente com a ampliação e evolução de sua linha de produtos, entendendo a relevância de acompanhar as demandas dos clientes por meio de constantes inovações. Com essa abordagem, a Companhia visa fortalecer sua posição no mercado, preparando-se para os desafios futuros e assegurando que suas soluções atendam — e até superem — as expectativas dos consumidores. Posto isso, no decorrer do 1S25, destaca-se que a Companhia realizou a Avaliação Global dos requisitos legais, um processo que verifica o cumprimento das legislações aplicáveis às suas atividades. Essa iniciativa evidencia o compromisso da organização em operar em conformidade com as normas vigentes. Além disso, nesse mesmo período, a Companhia passou pela Auditoria de Recertificação da norma ABNT ISO 9001:2015 – Sistema de Gestão da Qualidade, tendo sido recomendada a manutenção da Certificação. Esse resultado reforça o nosso comprometimento com a melhoria contínua dos processos e com a excelência na gestão da qualidade.

Conforme exposto, no decorrer do 2T25, diversos fatores macroeconômicos exerceram influência significativa sobre os ambientes global e doméstico. Dentre os principais fatores, destacam-se: **a)** os conflitos geopolíticos persistentes e os esforços contínuos das autoridades monetárias nas economias avançadas para mitigar uma inflação que continua a se mostrar resistente, impactando diretamente no cenário econômico-financeiro nos principais mercados; **b)** em paralelo, o acirramento da “guerra comercial” de Donald Trump elevou a volatilidade global, com reflexos imediatos na precificação de ativos; nas estratégias de investimento; nas políticas governamentais em resposta às potenciais tarifas comerciais implementadas; e nas expectativas em torno do próprio comércio internacional; **c)** no contexto doméstico, a manutenção da taxa SELIC em patamar ainda elevado, combinada com pressões inflacionárias persistentes, compromete o consumo das famílias e restringe o poder de compra, afetando o desempenho de setores sensíveis à demanda interna. Adicionalmente, a condução da Política fiscal permanece como vetor de atenção: as incertezas em torno da sua gestão seguem influenciando o sentimento do mercado, criando desafios contínuos para o planejamento estratégico por parte das Companhias e demais *stakeholders*.

Durante o 2T25, a Refit manteve o direcionamento de suas iniciativas com vistas a fortalecer, continuamente, sua posição no mercado de combustíveis, pautando-se nos seus objetivos estratégicos. A Companhia concentrou esforços na otimização de seu portfólio de produtos, com foco na eficiência e na sinergia operacional, visando ao alinhamento dos processos internos e à capacidade de resposta ágil diante das complexidades inerentes ao setor. Tal iniciativa tem como propósito não apenas aprimorar a qualidade dos combustíveis ofertados, mas também assegurar a competitividade da Companhia, através da elevação da produtividade em suas operações.

Paralelamente, a Administração dedicou-se a: **i)** consolidar a Refit como uma das principais empresas privadas na produção de combustíveis no Brasil, mantendo elevados padrões de

Comentário do Desempenho

qualidade a preços competitivos; e **ii)** realizar alocações estratégicas, devidamente planejadas, que agreguem valor significativo aos clientes; parceiros comerciais; investidores; e à sociedade como um todo. Essas alocações têm o objetivo de maximizar os resultados operacionais e garantir que a Companhia contribua de maneira efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A Administração da Refit mantém plena confiança na robustez de seu modelo de negócios frente às metas estabelecidas, considerando que a integração das demandas dos diversos *stakeholders*, constituem pilares fundamentais de sua estratégia corporativa. Essa abordagem permite à Companhia enfrentar os desafios de um ambiente altamente competitivo, assegurando resultados consistentes e promovendo um crescimento sustentável, pautado por princípios éticos e de responsabilidade socioambiental.

DESTAQUES DO 2T25

Produção e vendas de Diesel A S-10 crescem, respectivamente, 136,9% e 74,7%; e Receita Operacional Líquida com crescimento expressivo de 77,0% frente ao 2T24.



DADOS OPERACIONAIS

Consolidado - mil litro	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. %	1S25	1S24	Var. %
Produção Gasolina A	447.305	271.048	65,0%	393.061	13,8%	840.366	510.500	64,6%
Vendas Gasolina A	444.409	261.095	70,2%	395.095	12,5%	839.504	503.181	66,8%
Produção/Importação Diesel A S-10	339.890	143.486	136,9%	217.601	56,2%	557.491	311.177	79,2%
Vendas Diesel A S-10	341.058	195.257	74,7%	217.399	56,9%	558.457	359.695	55,3%
Produção Diesel A S-500	92.425	35.081	163,5%	57.575	60,5%	150.000	65.574	128,7%
Vendas Diesel A S-500	91.329	35.453	157,6%	58.538	56,0%	149.867	64.982	130,6%
Produção/Importação Diesel Marítimo (DMA)	16.003	9.987	60,2%	13.121	22,0%	29.124	23.955	21,6%
Vendas Diesel Marítimo (DMA)	15.979	11.655	37,1%	13.448	18,8%	29.427	24.835	18,5%

A produção de Gasolina A, para o 2T25, alcançou 447,3 milhões de litros, um aumento expressivo de 65,0% frente ao 2T24, já em relação ao trimestre anterior, 1T25, houve um aumento significativo de 13,8% quando a produção atingiu 393,0 milhões de litros.

RESULTADOS
Comentário do Desempenho

As vendas, por sua vez, totalizaram 444,4 milhões de litros no 2T25, uma elevação substancial de 70,2% se comparado ao 2T24; e um aumento de 12,5% se comparado ao 1T25 quando as vendas alcançaram 395,0 milhões de litros. Cabe destacar que os aumentos, tanto na produção quanto nas vendas de Gasolina A, quando comparado com o 2T24, decorrem, principalmente: i) da expansão do *market share* no eixo estratégico Rio-São Paulo; ii) da manutenção de perspectivas macroeconômicas positivas quanto à economia do eixo Rio-São Paulo e ao PIB nacional de modo geral, pois essa melhora gradual das condicionantes econômicas tem proporcionado aumentos expressivos na demanda nacional por combustíveis do ciclo Otto, uma vez que o aumento na circulação urbana e o crescimento do setor de serviços favorecem a expansão do consumo da Gasolina A; e iii) do desempenho favorável do mercado de trabalho ao final do 2T25, evidenciado pela taxa de desocupação reduzida a 5,8%² e pela elevação de 1,1%² no rendimento médio dos trabalhadores no mesmo período. Tais indicadores corroboram um ambiente propício ao crescimento do consumo de combustíveis entre os consumidores, especialmente em veículos utilitários leves, nos quais a Gasolina A apresenta ampla preferência.

Para o Diesel A S-10, observa-se, também, um aumento expressivo da produção de 136,9% frente ao 2T24, com um total de 339,8 milhões de litros vs. os 143,4 milhões de litros do 2T24. As vendas finalizaram o 2T25 com elevação relevante de 341,0 milhões de litros comercializados, 74,7% maior que os 195,2 milhões de litros do 2T24. A expansão observada, tanto da produção quanto das vendas do Diesel A S-10, no 2T25, está intrinsecamente associada à atividade econômica a qual, apesar de enfrentar desafios conjunturais e demonstrar sinais de desaceleração, ainda, apresenta projeções positivas de crescimento para o PIB³ do período. Esse cenário contribui não apenas para o fortalecimento da demanda interna, como também para o fortalecimento das exportações as quais impulsionam a movimentação de mercadorias em virtude de fatores estruturais interconectados. Posto isso, o Diesel A S-10 desempenha um papel estratégico nesse processo de escoamento de mercadorias de diversos setores produtivos; havendo, portanto, um aumento da demanda nacional por serviços de frete, isso reflete, diretamente, na elevação das vendas do combustível.

Para o Diesel A S-500, utilizado por pequenos e médios transportadores e indústrias de menor porte, constata-se, portanto, a elevação do patamar de produção a 163,5%, e um aumento do volume de vendas de 157,6%, quando comparado, respectivamente, com o 2T24.

Quanto ao Diesel Marítimo (DMA), a Refit produziu, no 2T25, 16,0 milhões de litros e vendeu quase a totalidade de 15,9 milhões de litros, mantendo um pequeno excedente em estoque.

² IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada em 31/07/2025.

³ BACEN: Boletim Focus (PIB), publicado em 25/07/2025.

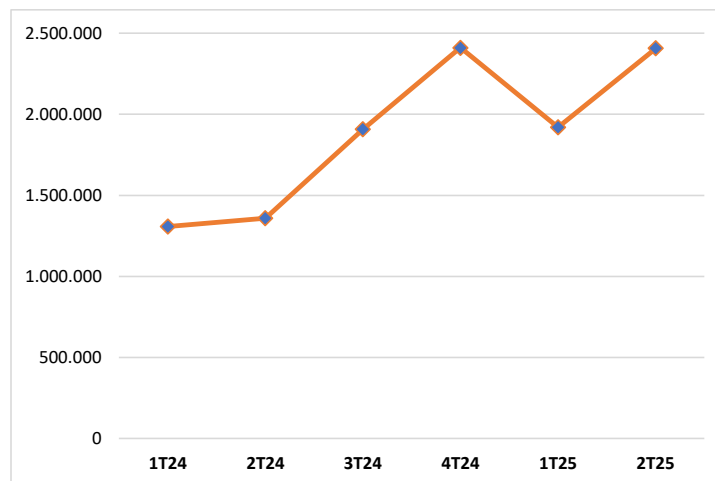
Comentário do Desempenho

DADOS FINANCEIROS

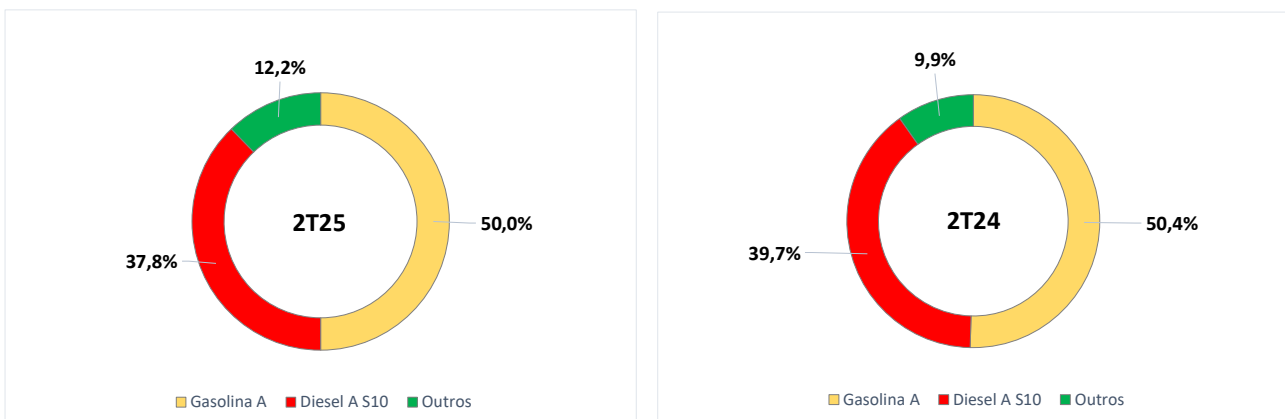
Consolidado - R\$ mil	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. %	1S25	1S24	Var. %
Receita Líquida	2.405.643	1.358.914	77,0%	1.919.466	25,3%	4.325.109	2.666.067	62,2%
Custo dos produtos e serviços vendidos	(2.780.098)	(1.530.227)	81,7%	(2.236.102)	24,3%	(5.016.200)	(2.879.018)	74,2%
Resultado Bruto	(374.455)	(171.313)	118,6%	(316.636)	18,3%	(691.091)	(212.951)	224,5%

A receita operacional líquida, no 2T25, mostrou desempenho robusto dada as adversidades elencadas, encerrando o trimestre em R\$ 2.405,6 milhões, aumento de 77,0% versus os R\$ 1.358,9 milhões do 2T24; quando comparado com o 1T25, o aumento foi menor em 25,3% se comparado ao R\$ 1.919,4 milhões do 1T25. No 2T25, a Gasolina A teve participação de 50,0% da receita bruta, seguido do Diesel A S-10 com 37,8%; e 12,2% para os demais produtos, incluindo o Diesel Marítimo e Diesel A S-500.

Evolução da Receita Líquida – Consolidado (R\$ - mil)



Participação dos produtos na composição da Receita Bruta (2T25 x 2T24)



Os custos dos produtos e serviços vendidos, no 2T25, somaram R\$ 2.780,0 milhões, aumento de 81,7% versus os R\$ 1.530,2 milhões do 2T24, porém observa-se uma expansão menor do custo dos produtos em 24,3% comparado aos R\$ 2.236,1 milhões do 1T25.

RESULTADOS
Comentário do Desempenho

Desta forma, o resultado bruto para o trimestre foi negativo em R\$ 374,4 milhões, representando um aumento expressivo de 118,6% quando comparado ao 2T24, negativo em R\$ 171,3 milhões. Tal desempenho e a manutenção do Resultado Bruto com saldo negativo, justifica-se pela manutenção da defasagem tanto da Gasolina A quanto do Diesel A S-10, praticado pela Petrobras respaldado em sua Política Comercial, a qual, no período de janeiro a junho de 2025, apresentou uma defasagem média de R\$ 0,10/litro¹ para o Diesel A S-10 e R\$ 0,08/litro¹ para a Gasolina A. Sendo a Refit um *player* menor, se comparado a outros concorrentes, o impacto da desvinculação à Política de Paridade de Importação (PPI) torna-se expressivo para os nossos resultados, conforme constatado não só neste período, mas em todos os anteriores.

O aumento expressivo nos custos de produção do setor industrial, a nível global, nos últimos anos pode ser atribuído, entre outros fatores concomitantes, ao impacto de conflitos geopolíticos e suas consequências nas cadeias de produção. A elevação dos custos de produção, observada ao longo do período recente, teria apresentado um impacto negativo mais substancial se não fosse, em grande parte, ao abrandamento da intensa desvalorização do Real (R\$) frente ao Dólar norte-americano (US\$), iniciada em novembro de 2024, em decorrência dos ruídos e incertezas associados à condução da Política Fiscal. Ainda que tal cenário represente uma dinâmica de curto prazo, é imperativo considerar os efeitos das tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos a partir de 2025, as quais têm apresentado cenários de indefinição e oscilação de aplicabilidade que, inevitavelmente, exercem pressão negativa sobre as projeções de crescimento econômico global. Adicionalmente, a Refit tem reiteradamente destacado a relevância das oscilações nos preços internacionais do petróleo, com ênfase no barril Brent, como variável crítica na formação dos custos. As altas do preço da *commodity* na análise histórica, desencadeada pelo recrudescimento do conflito Israelo-Palestino, em outubro de 2023, somada à continuidade da Guerra Russo-Ucraniana evidenciou a elevada sensibilidade dos mercados frente a eventos geopolíticos. Embora tenha sido registrada uma tendência de queda nos preços a partir de julho de 2024, tal movimento reflete expectativas de enfraquecimento da demanda global por petróleo, apesar dos anseios do Presidente Donald Trump em fomentar o uso do combustível fóssil no mercado norte-americano. Complementarmente, fatores estruturais como: (i) o patamar elevado da inflação global; (ii) a persistência de taxas de juros elevadas em diversas economias relevantes; e (iii) a intensificação das tensões comerciais entre os Estados Unidos e demais parceiros internacionais, especialmente após as imposições tarifárias de Donald Trump, têm contribuído para a acentuada volatilidade nos mercados de energia e para a deterioração das perspectivas do crescimento econômico mundial. Tais elementos reforçam a complexidade da interdependência da economia global, especialmente a brasileira, e a necessidade de adoção de estratégias robustas de mitigação de riscos por parte dos agentes econômicos.

Comentário do Desempenho

Em virtude das instabilidades observadas no cenário internacional, a Refit também enfrenta pressão constante decorrente da conjuntura econômica nacional, marcada por incertezas, principalmente, na condução da Política monetária e fiscal. Tal pressão resulta da dupla exposição da Companhia: (i) ao mercado doméstico, essencial para a comercialização de seus produtos, cuja performance depende da demanda interna e do poder de compra da população; e (ii) ao mercado externo, relevante para a aquisição de matérias-primas e insumos, condicionado à volatilidade cambial entre o Real (R\$) e o Dólar Americano (US\$). Essas condições afetam diretamente a confiança dos investidores e comprometem a previsibilidade de custos e receitas — elementos indispensáveis ao adequado planejamento estratégico. Entre os principais fatores de incerteza, destacam-se: **a)** o risco de não cumprimento da meta fiscal estabelecida pelo Governo junto ao mercado; **b)** a sustentabilidade da dívida bruta nacional; e **c)** o posicionamento do Banco Central quanto à manutenção da taxa de juros SELIC em patamares elevados.

À luz desse contexto, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16, a Refit foi, significativamente, impactada, registrando um aumento de 75,1% na linha de aquisição de matérias-primas (“Combustíveis”), em comparação com o encerramento do segundo trimestre de 2024. Essa elevação abrupta reforça o cenário de volatilidade e imprevisibilidade ao qual a Companhia está exposta, evidenciando a necessidade de constante adaptação estratégica às dinâmicas econômicas vigentes.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Refit são negociadas no segmento Básico da B3 sob o *ticker* **RPMG3**. Até 30 de junho de 2025, a Companhia teve presença em 100% dos pregões e acumulou uma valorização de 10,8% ao término do 2T25. No encerramento do trimestre, os papéis estavam cotados a R\$ 2,98/ação, representando um valor de mercado equivalente a R\$ 201,7 milhões.

SUSTENTABILIDADE

No decorrer do 2T25, a Refit reafirmou seu compromisso com marcos significativos da pauta *ESG* (*Environmental, Social and Governance*), focada em sua responsabilidade social e a preocupação com a prevenção e minimização dos impactos ambientais, o setor Sustentabilidade & Meio Ambiente vem, continuamente, realizando processos de materialidade para ancorar a estratégia da Companhia na pauta *ESG*. Posto isso, a Refit reafirma seu compromisso com a Sustentabilidade com marcos significativos, no 2T25, como:

- Meio Ambiente

Em maio, enviamos o primeiro Relatório Anual de Atendimento às Condicionantes ao Instituto Estadual do Ambiente (“INEA”), documento que consolida o cumprimento das 64 obrigações

RESULTADOS 2025

Comentário do Desempenho

ambientais estabelecidas na Licença de Operação e Recuperação (“LOR”), com a descrição das medidas implementadas; prazos atendidos; e respectivas evidências. No mesmo mês, foi protocolado o Inventário Anual de Gases de Efeito Estufa (“GEE”) referente ao exercício social de 2024, ano que tivemos 5.172,17 tCO₂eq (Escopo 1 e Escopo 2), apresentando uma redução de 63% na intensidade de carbono (emissões divididas pela produção) em relação ao ano base de 2020, superando a meta de 32,77% prevista para 2024. Ainda em maio, foi emitida, também, a revisão do Plano de Mitigação de GEE, ampliando sua abrangência até 2030. O plano estabelece uma meta de redução anual de 28,86% a partir de 2025, com as metas de 2023 e 2024 já cumpridas e superadas. Até então, já realizamos as seguintes ações para redução das emissões de GEE:

- Substituição da caldeira Aalborg pela ATA 30, a qual é melhor dimensionada à demanda da Refinaria, o que gerou uma redução de 1.286,973 tCO₂e, com queda de 42,26% no quociente de intensidade de carbono em 2024, em comparação a 2022;
- Retrofit no Sistema de Tratamento de Efluentes, que gerou redução de 99% (179,275 tCO₂e);
- Migração do combustível da Chama Piloto do Flare, de GLP para gás natural seco (GNS), o que gerou uma redução de 67% (2,125 tCO₂eq), em relação a 2022; e
- Migração da utilização de combustível da frota leve (12 veículos) de gasolina para etanol, com redução de 45,9% nas emissões dessa fonte.

O primeiro Relatório de Eficiência dos Sistemas de Tratamento de Efluentes da Refinaria foi elaborado e entregue no mês de maio. Com base nas análises laboratoriais realizadas, ao longo de 2024, o documento avalia o desempenho dos sistemas da Refit, tomando como referência os parâmetros de lançamento em corpo hídrico. Todos os requisitos foram plenamente atendidos, mesmo com a prática de reuso de 100% do efluente tratado.

No mês de junho, foi realizada a amostragem semestral das fontes fixas, conforme previsto no Programa de Monitoramento das Emissões Atmosféricas (PROMON AR). Foram inspecionados o forno; as duas caldeiras; e os dois geradores da Unidade, com medições de: **i)** material particulado; **ii)** monóxido de carbono (CO); **iii)** óxidos de nitrogênio (NO_x); e **iv)** óxidos de enxofre (SO_x), conforme aplicável. Os resultados confirmaram que todos os equipamentos operaram dentro dos limites legais de emissão, com aprovação Relatório pelo INEA.

• Social

A Refit mantém seu compromisso de investimento na educação e no desenvolvimento comunitário pela Usina de Cidadania – Instituição que atende crianças e adolescentes dos bairros de Manguinhos e adjacências, no Rio de Janeiro, em cursos de artes, esportes e desenvolvimento acadêmico. Os estudantes, na faixa etária de 7 a 18 anos, frequentam a instituição no contraturno escolar. Além das oficinas esportivas e artísticas com aulas de segunda a sexta, os estudantes

Comentário do Desempenho

contam com acompanhamento de equipe multidisciplinar e recebem café; lanche; cesta básica; e transporte.

A Usina de Cidadania oferece aulas de: **i)** boxe; **ii)** capoeira; **iii)** *jiu-jitsu*; **iv)** *kickboxing*; **v)** artes visuais; **vi)** dança; **vii)** música; **viii)** teatro; e **ix)** acompanhamento acadêmico, com aulas de reforço de português e matemática. A grade anual de cursos pode sofrer alterações a depender da demanda dos estudantes e projetos temáticos. Os alunos contam com orientação psicológica, acadêmica e nutricional, por meio do COAA: Comissão de Orientação e Apoio ao Aluno, constituído por profissionais da psicologia; pedagogia; e nutrição.

Ao término do 2T25, ampliou-se a capacidade de atendimento de estudantes, atingindo o marco de 513 estudantes por mês.

- **Governança**

Ao analisarmos o término deste 1º semestre, constata-se que a Refit vem reforçando seu compromisso ao atendimento das melhores práticas de Governança Corporativa, dessa forma, a Companhia aprovou e publicou, em 31 de março, seu Código de Ética e Conduta, o qual está à disposição no website: (<http://www.refit.com.br/ri>) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes, emitido, em 06 de agosto de 2025, e com as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES

Diretor de Relações com Investidores

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. (“Companhia”) - em recuperação judicial, com sede na Avenida Brasil, 3.141, no Município e Estado do Rio de Janeiro, têm suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o ticker RPMG3. A Companhia é controlada pela XOROQUE Participações S.A., Companhia de capital fechado.

A Companhia tem por objeto social: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleo e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não obstadas por ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleo crus, venda de derivados de petróleo no país e sua exportação, quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino; e (iv) armazém geral.

A Companhia possui participação societária nas seguintes investidas:

Investidas	Participação direta no capital	
	30/06/2025	31/12/2024
Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial (a)	99,04%	99,04%
Manguinhos Química S.A. - em recuperação judicial (b)	100,00%	100,00%
Gasdiesel Serviços Ltda. - em recuperação judicial (c)	1,00%	1,00%

- (a) Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial - sociedade anônima no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, com objeto social preponderante a distribuição de combustíveis em geral (derivados do petróleo), a comercialização, envasilhamento e transporte desses produtos. A Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial, possui participação de 99% no capital social da Gasdiesel Serviços Ltda. - em recuperação judicial (participação indireta da Companhia);
- (b) Manguinhos Química S.A. - em recuperação judicial - sociedade anônima com sede no Município de Campinas, no Estado de São Paulo, com objeto social preponderante a industrialização e comércio de derivados de petróleo e formulação e comercialização de outros produtos químicos. A investida encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas;
- (c) Gasdiesel Serviços Ltda. - em recuperação judicial - sociedade limitada com sede no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, com objeto social preponderante os serviços combinados de escritório e apoio administrativo. A investida encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas.

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de grupo empresarial, utilizando-se de ou fornecendo para a estrutura de empresas ligadas, às atividades de gestão, operação e administração dos negócios.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional – Continuação

1.1. Recuperação judicial

Em 15 de maio de 2015 a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei nº 11.101/2005, perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”), sob o Processo nº 0220184-63.2015.8.19.0001. O referido pedido foi apresentado em conjunto com suas controladas: Manguinhos Distribuidora S.A., Manguinhos Química S.A. e Gasdiesel Serviços Ltda., todas atualmente em recuperação judicial.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em assembleia geral de credores realizada em 16 de dezembro de 2016 e, posteriormente, homologado por sentença proferida em 7 de julho de 2017 pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial, com publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 17 de julho de 2017.

A Administração da Companhia, com o suporte de seus assessores jurídicos, vem atuando na busca pela reparação de eventuais perdas e danos decorrentes dos fatos geradores da crise, por meio da Ação Indenizatória nº 0420150-07.2015.8.19.0001, em trâmite na 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

2. Base de elaboração e apresentação das informações trimestrais

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em convergência com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contemplam exclusivamente informações relevantes para fins de análise e acompanhamento da performance econômico-financeira da Companhia, conforme utilizadas pela Administração em seu processo de gestão.

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas pela Administração em 14 de agosto de 2025.

2.1. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em conformidade com os requisitos da legislação societária brasileira, como parte integrante de suas informações trimestrais individuais e consolidadas. Para fins das normas internacionais de contabilidade (IFRS), a DVA é apresentada como informação suplementar, não sendo exigida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o real (R\$), por ser a moeda do principal ambiente econômico no qual operam, geram e consomem fluxos de caixa.

As informações trimestrais estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa nas respectivas notas explicativas.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações trimestrais – Continuação

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira– Continuação

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações realizadas em moeda estrangeira, ou seja, denominadas em moeda distinta da moeda funcional da Companhia ou de suas controladas, são inicialmente convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Na data de cada balanço, os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio vigentes nessa data, sendo as diferenças cambiais resultantes reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem.

Receitas e despesas denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio das datas das respectivas transações.

2.3. Consolidação

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de forma consistente com as práticas contábeis descritas na Nota 3, observando os critérios de consolidação previstos nas normas contábeis vigentes. As controladas são incluídas na consolidação a partir da data em que a Companhia passa a exercer controle, sendo excluídas quando esse controle é encerrado. As informações trimestrais das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

No processo de consolidação, são eliminadas integralmente as transações intercompanhias, incluindo saldos de contas correntes, receitas, despesas e resultados não realizados entre as sociedades do grupo. Os investimentos em controladas também são eliminados contra o respectivo patrimônio líquido, sendo evidenciada, quando aplicável, a participação de não controladores no patrimônio líquido e no resultado consolidado.

3. Principais práticas adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das informações trimestrais, individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. Tais políticas foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, exceto quando expressamente indicado em contrário, observando os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das informações financeiras trimestrais, a Companhia adota premissas e utiliza estimativas baseadas em informações históricas, bem como em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas razoáveis sobre eventos futuros, de acordo com as circunstâncias existentes na data de reporte.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas– Continuação

Tais estimativas influenciam diretamente a aplicação das políticas contábeis e a mensuração de determinados ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir das estimativas adotadas, e alterações relevantes nas premissas ou no ambiente econômico podem gerar impactos materiais nas informações trimestrais da Companhia.

Os efeitos decorrentes da revisão de estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente, no próprio período em que forem identificados e, quando aplicável, também nos períodos subsequentes, caso a alteração afete tanto o exercício corrente quanto os futuros.

As principais premissas associadas a fontes de incerteza relevantes na data-base das informações trimestrais, individuais e consolidadas que envolvem risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base na avaliação do risco de crédito associado às contas a receber, considerando tanto fatores históricos quanto circunstâncias atuais e perspectivas futuras. A Administração monitora continuamente a carteira de clientes, levando em conta o histórico de inadimplência, a situação financeira individual dos devedores, o prazo de vencimento das operações e indicadores macroeconômicos que possam afetar a capacidade de pagamento.

A provisão é constituída em montante considerado suficiente para cobrir perdas esperadas na realização dos créditos, e está em conformidade com o modelo de perdas esperadas previsto no Pronunciamento Técnico CPC 48. A metodologia aplicada busca refletir, de forma apropriada, o risco de crédito presente nas operações da Companhia.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, no curso normal de suas atividades, a investigações, fiscalizações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em diversas esferas, incluindo, mas não se limitando às áreas cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária.

A depender da natureza, extensão e desfecho desses processos ou procedimentos, poderá haver impactos nas estimativas contábeis e nas probabilidades de perdas anteriormente avaliadas. A Companhia e suas controladas são regularmente fiscalizadas por diferentes órgãos e entidades reguladoras, notadamente nas esferas fiscal, trabalhista e previdenciária. Não há garantia de que novas autuações ou processos não venham a ser instaurados, tampouco é possível prever com certeza o desfecho final das ações em curso.

As provisões para contingências foram constituídas com base em uma avaliação criteriosa da Administração, fundamentada nas opiniões técnicas de seus assessores jurídicos, e refletem os montantes considerados necessários para cobrir perdas prováveis decorrentes de eventos passados relacionados a riscos trabalhistas, ambientais, fiscais, societários e cíveis.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas– Continuação

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - Continuação

Tais provisões são reconhecidas quando se considera provável a saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os valores podem ser estimados com razoável grau de confiabilidade.

3.2. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto no caso de ativos classificados ao valor justo por meio do resultado, cuja mensuração inicial não incorpora tais custos. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação a receber.

A classificação e a mensuração subsequente dos ativos financeiros são determinadas com base nas características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento e no modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão, conforme descrito a seguir:

- **Custo amortizado:** Ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se, em regra, a instrumentos financeiros de dívida cujos fluxos de caixa contratuais são compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal, realizados em datas específicas. Essa classificação é aplicável quando o modelo de negócios da Companhia tem como objetivo manter os ativos financeiros com a finalidade de receber tais fluxos de caixa contratuais. A mensuração subsequente é realizada com base no método do custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva.
- **Valor justo por meio do resultado (FVTPL):** Inclui todos os demais ativos financeiros que não se enquadram nos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria contempla, principalmente, instrumentos financeiros mantidos para negociação e derivativos. Os ativos financeiros classificados como FVTPL são mensurados subsequentemente ao valor justo, com as variações reconhecidas diretamente no resultado do período.

(b) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do respectivo instrumento. No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão ou contratação. Para os passivos classificados como valor justo por meio do resultado, esses custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.2. Instrumentos Financeiros – Continuação

(b) Passivos financeiros - Continuação

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são, geralmente, mensurados pelo custo amortizado, com a utilização do método da taxa de juros efetiva. Exceções são aplicáveis aos passivos financeiros que, por exigência normativa ou por opção da Companhia (quando permitida), são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

No caso de modificação contratual de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando tal modificação não for considerada substancial, o valor contábil do passivo é ajustado para refletir o valor presente dos novos fluxos de caixa, descontados à taxa de juros efetiva original. A diferença entre o valor contábil imediatamente anterior e o valor ajustado é reconhecida no resultado do período, como ganho ou perda.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa compreendem numerário em caixa, saldos em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, vencimento original inferior ou igual a 90 (noventa) dias, e com risco insignificante de alteração no valor de mercado. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia, e não para fins de investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, quando aplicável, são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, conforme previsto na norma contábil aplicável a instrumentos financeiros.

Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias ou que apresentem restrições de resgate, ou ainda não se enquadrem nos critérios de liquidez e risco mencionados, são classificadas como títulos e valores mobiliários, conforme sua natureza e finalidade.

3.4. Contas a receber

As contas a receber representam os valores devidos por clientes decorrentes das operações de venda de produtos e/ou prestação de serviços realizadas no curso normal das atividades da Companhia.

No reconhecimento inicial, os créditos são registrados pelo valor justo da contraprestação a receber. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, com a aplicação do método da taxa de juros efetiva em caso de atraso, deduzido da provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na avaliação individual e/ou coletiva dos saldos a receber, considerando o histórico de inadimplência, a situação financeira dos devedores, a experiência passada de perdas e as perspectivas econômicas futuras. Os critérios e premissas utilizados encontram-se detalhados na Nota 3.1 (a).

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.5. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição ou produção, não podendo ultrapassar o seu valor realizável líquido, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1). A Companhia e suas controladas adotam o método de custeio por absorção, utilizando o critério da média móvel ponderada para a apuração do custo dos estoques.

As provisões para perdas nos estoques são constituídas com base em políticas internas da Companhia, considerando fatores como obsolescência, deterioração, lentidão de giro e preços de mercado inferiores ao custo.

As importações em andamento são registradas pelo custo acumulado de cada importação.

3.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, acrescido dos encargos diretamente atribuíveis à sua colocação em condições de uso, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os terrenos não são depreciados, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

As despesas de manutenção e reparos que não resultem em benefícios econômicos futuros adicionais, ou em aumento significativo na vida útil dos ativos, são reconhecidas diretamente no resultado do período em que forem incorridas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa ou alienação de ativos imobilizados são determinados com base na diferença entre o valor de venda e o valor contábil líquido do bem, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do período.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na estimativa de vida útil econômica dos ativos, que é revisada periodicamente pela Administração, a fim de refletir mudanças nas condições operacionais ou econômicas que possam impactar sua recuperação.

Na data de cada balanço, os valores contábeis dos ativos imobilizados são analisados quanto à existência de indicadores de perda por desvalorização. Quando tais indícios estão presentes, é efetuado o teste de recuperabilidade (impairment), sendo reconhecida a perda no resultado do período, caso o valor contábil exceda o valor recuperável do ativo.

3.7. Intangível

Referem-se a gastos incorridos com a aquisição e implementação de sistemas de informação, licenças de software e direitos de uso de imóveis, os quais são registrados pelo custo de aquisição e/ou desenvolvimento, acrescidos dos encargos diretamente atribuíveis à sua preparação para uso, incluindo eventuais obrigações contratuais a pagar.

Tais ativos são classificados como intangíveis e são amortizados sistematicamente ao longo de sua vida útil estimada, com base no período de benefícios econômicos esperados, ou conforme a liquidação da obrigação, quando aplicável.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.8. Arrendamento mercantil

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, convergente com o IFRS 16, os contratos de aluguel que atendem à definição de arrendamento passaram a ser reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia por meio do registro do ativo de direito de uso e do correspondente passivo de arrendamento, ambos mensurados com base no valor presente dos pagamentos futuros contratualmente previstos.

Os contratos classificados como arrendamentos de curto prazo (com duração inferior ou igual a 12 meses e sem opção de compra) continuam sendo reconhecidos como despesas de ocupação, pelo regime de competência, conforme permissão do próprio pronunciamento técnico.

A mensuração inicial do ativo de direito de uso corresponde, em regra, ao valor presente do passivo de arrendamento, calculado com base nos pagamentos fixos previstos em contrato, descontados por uma taxa incremental de financiamento da Companhia, ou, quando disponível, pela taxa de juros implícita no contrato.

O prazo de arrendamento considerado inclui o período não cancelável, acrescido de eventuais períodos de prorrogação ou renovação, caso a Administração tenha expectativa razoável de exercer tal opção, com base em julgamento técnico e evidências econômicas.

A depreciação do ativo de direito de uso é reconhecida de forma linear ao longo do prazo contratual definido, independentemente de eventuais cláusulas de renovação automática, exceto quando haja alteração nas estimativas que justifiquem a reavaliação do prazo de uso econômico.

3.9. Fornecedores

As obrigações com fornecedores referem-se a valores a pagar por bens e serviços adquiridos no curso normal das operações da Companhia. Esses passivos são classificados como circulantes quando o pagamento é exigível no prazo de até 12 (doze) meses após a data-base das demonstrações financeiras, ou dentro do ciclo operacional normal da Companhia, se este for superior a 12 meses.

Quando os pagamentos estiverem programados para ocorrer após esse período, e desde que haja caráter contratual ou prolongamento deliberado, essas obrigações são classificadas como passivo não circulante, conforme aplicável.

3.10. Obrigações tributárias

Referem-se a obrigações tributárias a pagar, compostas por: (i) tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre as operações da Companhia, tanto correntes quanto relativos a períodos anteriores; e (ii) débitos fiscais objeto de parcelamentos celebrados com os entes governamentais.

Os saldos dessas obrigações são classificados entre passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização dos pagamentos, com base nos prazos de vencimento estabelecidos nos respectivos documentos de cobrança ou contratos de parcelamento.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.11. Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados com base nas alíquotas vigentes: 15% para o IRPJ, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil anuais, e 9% para a CSLL. Na apuração desses tributos, são consideradas, quando aplicáveis, a compensação de prejuízos fiscais acumulados e de bases negativas de CSLL, respeitados os limites legais.

As diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável decorrem de adições de despesas temporariamente não dedutíveis e exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, conforme a legislação fiscal. Essas diferenças temporárias originam ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na medida em que for provável a realização ou exigibilidade futura dos respectivos benefícios ou obrigações tributárias.

3.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão auferidos pela Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade, conforme os critérios estabelecidos na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Da mesma forma, um passivo é reconhecido quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados, e for provável que a liquidação dessa obrigação exigirá a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. Quando aplicável, os passivos são acrescidos dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

3.13. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas administrativas e judiciais

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes, bem como de obrigações legais, estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme descrito a seguir:

(a) Ativos contingentes

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis com trânsito em julgado, assegurando a realização dos benefícios econômicos associados. Quando a realização do ativo for considerada provável, mas ainda dependente de decisão definitiva, tais valores são divulgados exclusivamente em notas explicativas, quando aplicável, não sendo reconhecidos contabilmente.

(b) Passivos contingentes

Passivos contingentes são reconhecidos como provisões quando houver uma expectativa de perda considerada provável e quando os valores puderem ser estimados com razoável grau de certeza. As provisões também podem incluir valores estimados para eventuais acordos, nos casos em que houver intenção da Companhia de encerrar o litígio antes do trânsito em julgado.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.13. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas administrativas e judiciais – Continuação

(b) Passivos contingentes - Continuação

Situações classificadas como de perda possível são divulgadas por meio de notas explicativas, sem reconhecimento contábil. Contingências remotas não são reconhecidas nem divulgadas, exceto quando relevantes.

A provisão para contingências administrativas e judiciais refere-se principalmente a processos de natureza trabalhista, fiscal e cível, sendo constituída com base na análise individualizada de risco elaborada pela assessoria jurídica externa e validada pela Administração. Quando aplicável, os valores provisionados são classificados no passivo não circulante, conforme a expectativa de prazo para liquidação.

3.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, especialmente os imobilizados, investimentos e intangíveis, com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável.

Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

As premissas utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que comprovem a recuperabilidade dos ativos ou seu valor de mercado, todos descontados a valor presente.

3.15. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela transferência de bens ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, líquida de tributos incidentes, devoluções, descontos comerciais e, no caso das demonstrações consolidadas, das eliminações das transações intercompanhias.

O reconhecimento da receita ocorre quando (i) o valor da transação pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que os benefícios econômicos futuros associados à operação sejam auferidos para a Companhia; e (iii) os critérios específicos para cada tipo de transação ou atividade tenham sido cumpridos, de acordo com os termos contratuais e os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47.

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado anual atribuível aos acionistas da Companhia e na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Para o trimestre findo em 30 de junho de 2025, o resultado básico é igual ao resultado diluído, conforme descrito na Nota 22.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais práticas adotadas – Continuação

3.16. Resultado básico e resultado diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado anual atribuível aos acionistas da Companhia e na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Para o trimestre findo em 30 de junho de 2025, o resultado básico é igual ao resultado diluído, conforme descrito na Nota 22.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Bancos	52.689	93.092	53.243	93.092
Total	52.689	93.092	53.243	93.092

5. Contas a receber

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber - partes relacionadas - Nota 7.2	1.129.219	876.543	1.129.166	876.543
Contas a receber - demais clientes	1.718.583	1.335.144	1.718.592	1.335.144
Total	2.847.802	2.211.687	2.847.758	2.211.687

5.1. Composição por idade de vencimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
À vencer	2.847.802	2.211.687	2.847.758	2.211.687
Total	2.847.802	2.211.687	2.847.758	2.211.687

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Estoques

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Produtos acabados	49.670	47.241	49.846	48.007
Matéria-prima	405.867	503.730	405.867	503.730
Estoque próprio em poder de terceiros (i)	7.981	13.095	9.354	13.095
Importações em andamento (ii)	2.744.506	1.700.349	2.744.506	1.700.349
Total	3.208.024	2.264.415	3.209.573	2.265.181

- (i) Referem-se aos estoques de matérias-primas e/ou produtos acabados armazenados em depósitos de terceiros.
- (ii) As importações em andamento resultam de acordos comerciais destinados à reserva futura de matérias-primas para a produção de Gasolina A, Diesel e Diesel Marítimo.

7. Partes relacionadas

É composto por:

7.1. Ativo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Yield Financial Services S.A. (i)	3.584.540	3.543.362	3.584.659	3.546.063
Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação judicial (ii)	7.266	7.455	-	-
Manguinhos Química S.A. - em recuperação judicial (ii)	110	115	-	-
Outros	-	102	34	102
Total	3.591.916	3.551.034	3.584.693	3.546.165
Circulante	3.584.539	3.543.465	3.584.693	3.546.165
Não circulante	7.377	7.569	-	-

- (i) Refere-se à gestão e administração do fluxo de caixa das operações da Companhia e suas controladas, abrangendo as contas a pagar e a receber.
- (ii) Referem-se às operações de empréstimos, na forma de mútuo e/ou outras contas a receber, com o objetivo de disponibilizar recursos para a manutenção da respectiva investida. Além disso, essas operações não possuem prazo de vencimento determinado e estão sujeitas à atualização monetária, quando aplicável.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Partes relacionadas – Continuação

7.2 Atividade operacional

Descrição	Natureza	Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Contas a receber	750.647	397.758
Flagler Combustíveis S.A.	Contas a receber	378.519	478.785
Logfit Logística e Serviços S.A.	Fornecedores	3.597	2.208
Fitfile Armazenagem de Arquivos S.A.	Fornecedores	7	7
Yield Financial Services S.A.	Fornecedores	-	113

Descrição	Natureza	Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	Receitas (i)	788.594	1.028.484
Flagler Combustíveis S.A.	Receitas (i)	1.216.397	516.688
Magro Advogados Associados	Despesas	(35.357)	(36.506)
FitFile Armazenagem de Arquivos S.A.	Despesas	(49)	(45)
Logfit Logística e Serviços S.A.	Despesas	(14.071)	(12.804)
Yield Financial Services S.A.	Despesas	(765)	(3.100)

(i) Refere-se a receitas de vendas de produtos e serviços prestados de armazenagem.

8. Provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)

É composto por:

Descrição	Controladora	
	30/06/2025	31/12/2024
Manguinhos Distribuidora S.A. - em recuperação Judicial	85.715	83.828
Manguinhos Química S.A. - em recuperação Judicial	10.198	11.518
Gasdiesel Serviços Ltda. - em recuperação Judicial	97	98
Total	96.010	95.444

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos) – Continuação

8.1. Movimentação da provisão para passivo a descoberto de investidas (Investimentos)

Descrição	Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial	Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial	Gasdiesel Serviços Ltda. – Em Recuperação Judicial	Total
Saldos em 31/12/2024	83.828	11.518	98	95.444
Equivalência patrimonial	5.731	690	4	6.425
Outras movimentações (i)	(3.844)	(2.010)	(5)	(5.859)
Saldos em 30/06/2025	85.715	10.198	97	96.010

(i) Refere-se à amortização de saldos entre operações mantidas pela Companhia junto as suas controladas.

8.2. Informações financeiras das investidas

Descrição	30/06/2025		
	Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial	Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial	Gasdiesel Serviços Ltda. – Em Recuperação Judicial
Participação direta no capital	99,04%	100,00%	1,00%
Participação indireta no capital	-	-	99,00%
Ativo	15.598	7.239	228
Passivo	102.144	17.437	9.933
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(86.546)	(10.198)	(9.705)
Prejuízo do semestre	(5.787)	(690)	(352)

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.
Notas Explicativas
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado

É composto por:

Controladora

Descrição	Vida útil (anos)	30/06/2025			31/12/2024			Movimentação líquida		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	95.181	-	95.181	95.181	-	95.181	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	27.091	(27.091)	-	27.091	(27.091)	-	-	-	-
Instalações	10 a 30	202.078	(142.610)	59.468	186.043	(139.188)	46.855	16.035	(3.422)	12.613
Máquinas e equipamentos	6 a 8	52.292	(29.598)	22.694	48.913	(27.476)	21.437	3.379	(2.122)	1.257
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	232.377	(64.061)	168.316	180.302	(47.335)	132.967	52.075	(16.726)	35.349
Móveis e utensílios	2 a 6	8.960	(6.930)	2.030	8.426	(6.765)	1.661	534	(165)	369
Veículos	5	2.262	(1.182)	1.080	1.795	(1.047)	748	467	(135)	332
Computadores e periféricos	1 a 3	19.693	(11.286)	8.407	18.487	(9.933)	8.554	1.206	(1.353)	(147)
Benfeitoria em bens próprios	10 a 30	50.242	(16.378)	33.864	50.249	(15.698)	34.551	(7)	(680)	(687)
Imobilizado em andamento	-	51.565	-	51.565	54.137	-	54.137	(2.572)	-	(2.572)
Total		741.741	(299.136)	442.605	670.624	(274.533)	396.091	71.117	(24.603)	46.514

Consolidado

Descrição	Vida útil (anos)	30/06/2025			31/12/2024			Movimentação líquida		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	103.035	-	103.035	103.035	-	103.035	-	-	-
Edifícios e construções	10 a 30	28.489	(28.146)	343	28.489	(28.119)	370	-	(27)	(27)
Instalações	10 a 30	205.657	(145.398)	60.259	189.623	(141.918)	47.705	16.034	(3.480)	12.554
Máquinas e equipamentos	6 a 8	54.541	(30.758)	23.783	50.812	(28.545)	22.267	3.729	(2.213)	1.516
Equip. de armazenagem e transfer.	6 a 8	233.506	(64.761)	168.745	181.431	(48.006)	133.425	52.075	(16.755)	35.320
Móveis e utensílios	2 a 6	9.524	(7.264)	2.260	8.947	(7.086)	1.861	577	(178)	399
Veículos	5	2.281	(1.201)	1.080	1.814	(1.066)	748	467	(135)	332
Computadores e periféricos	1 a 3	19.989	(11.529)	8.460	18.741	(10.169)	8.572	1.248	(1.360)	(112)
Benfeitoria em bens próprios	10 a 30	50.559	(16.601)	33.958	50.566	(15.919)	34.647	(7)	(682)	(689)
Imobilizado em andamento	-	51.565	-	51.565	54.137	-	54.137	(2.572)	-	(2.572)
Total		759.146	(305.658)	453.488	687.595	(280.828)	406.767	71.551	(24.830)	46.721

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado – Continuação

Na data-base de 30 de junho de 2025, a Administração da Companhia avaliou os ativos imobilizados à luz de seu desempenho operacional, condições de uso, perspectivas econômicas e ausência de obsolescência técnica ou funcional. Com base nessa análise, não foram identificados indícios de perda por desvalorização que justificassem o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

Assim, concluiu-se que, para o trimestre encerrado em 30 de junho de 2025, não há necessidade de constituição de ajuste ao valor recuperável desses ativos.

10. Fornecedores

É composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores - recuperação judicial	1.222	1.316	15.566	15.829
Fornecedores de mercadorias	437.957	89.236	438.010	90.526
Fornecedores de uso e consumo e outros	24.863	17.050	28.525	19.581
Total	464.042	107.602	482.101	125.936
Circulante	463.112	106.567	465.875	109.159
Não circulante (Nota 10.1)	930	1.035	16.226	16.777

10.1. Composição da parcela não circulante (por ano de vencimento)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
2026	233	259	4.060	4.197
2027	223	248	3.894	4.027
2028 em diante	474	528	8.272	8.553
	930	1.035	16.226	16.777

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Obrigações tributárias

São compostas por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Estadual				
ICMS a recolher	11.825.157	9.319.490	11.825.161	9.319.506
Parcelamento ICMS (a)	23.911	33.515	24.876	34.616
Parcelamento ICMS – Lei 9.733 (b)	3.901.335	4.140.938	3.901.335	4.140.938
	15.750.403	13.493.943	15.751.372	13.495.060
Federal				
PIS e COFINS a recolher	-	-	71	49
IRPJ e CSLL a recolher	30.742	26.267	30.742	26.267
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.813	2.203	1.855	2.257
Parcelamento PGFN (c)	-	212.663	-	212.663
Parcelamento Federal Especial (d)	147.340	170.301	147.340	170.301
Parcelamento de PIS e COFINS (e)	10.774	19.168	12.180	20.598
Parcelamento PIS, COFINS e CIDE (f)	-	587.654	-	587.654
Parcelamentos Federais (g)	828.249	-	828.249	-
Outras obrigações	240	307	243	331
	1.019.158	1.018.563	1.020.680	1.020.120
Municipal				
IPTU a recolher	-	-	945	1077
ISS a recolher	-	-	26	11
	-	-	971	1.088
Total	16.769.561	14.512.506	16.773.023	14.516.268
Circulante	12.457.921	9.846.128	12.458.732	9.847.038
Não circulante (Nota 11.1)	4.311.640	4.666.378	4.314.291	4.669.230

A Companhia e suas controladas utilizam precatórios para a compensação de obrigações fiscais estaduais. Contudo, com o objetivo de preservar o patrimônio e os interesses dos acionistas diante de uma possível execução fiscal, a Administração passou a controlar, em contas contábeis, os direitos e obrigações que já foram utilizados, até sua homologação pelas autoridades fiscais.

(a) ICMS

A Companhia encontra-se adimplente em relação aos parcelamentos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) firmados junto às respectivas Secretarias de Fazenda Estaduais, cumprindo integralmente os prazos e condições pactuados em cada instrumento. Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham 4 (quatro) parcelamentos ativos, com saldo total distribuído em até 139 (cento e trinta e nove) parcelas vincendas, de acordo com os termos estabelecidos em cada programa específico de regularização fiscal.

(b) Parcelamento ICMS – LEI 9.733

A Companhia aderiu ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 9.733/2022, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 48.889/2024, destinado a empresas em Recuperação Judicial. O pedido foi formalizado sob o Processo Administrativo SEI-140001/033654/2024. Em 30 de junho de 2025. Em 30 de junho de 2025, a Companhia havia efetuado o pagamento de 18 das 84 parcelas pactuadas.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Obrigações tributárias – Continuação

(c) Parcelamento PGFN

Refere-se originalmente à unificação dos parcelamentos PERT e Especial, com previsão de pagamento em até 120 (cento e vinte) parcelas perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Atualmente, o referido parcelamento encontra-se rescindido.

Em 30 de junho de 2025, os débitos anteriormente incluídos nesse parcelamento, no montante de R\$ 212.662.595, foram reclassificados e encontram-se registrados na rubrica **Parcelamentos Federais (g)**.

(d) Parcelamento Federal Especial

Refere-se ao Parcelamento Federal Especial destinado a pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, instituído pela Lei nº 10.522/2002 e regulamentado por normativos complementares da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O referido parcelamento abrange débitos de natureza tributária federal administrados pela RFB, com exigibilidade suspensão ou não.

A Companhia aderiu ao programa com a consolidação dos débitos ocorrida no exercício de 2022, tendo optado pelo parcelamento em até 84 (oitenta e quatro) prestações mensais, conforme autorizado pela legislação vigente. Até a data-base de 30 de junho de 2025, a Companhia havia liquidado 49 (quarenta e nove) parcelas, permanecendo adimplente com suas obrigações mensais perante o fisco federal.

(e) Parcelamento de PIS e COFINS

Refere-se ao Parcelamento Ordinário de débitos tributários federais, especificamente relacionados às contribuições ao PIS (Programa de Integração Social) e à COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), apuradas no exercício de 2020, junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Na data-base de 30 de junho de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente, com 53 (cinquenta e três) parcelas quitadas do total pactuado.

(f) Parcelamento Extraordinário PIS, COFINS e CIDE

Refere-se ao Parcelamento Extraordinário dos débitos de PIS e COFINS junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). O referido parcelamento encontra-se atualmente em fase de homologação pelas autoridades fiscais competentes. Em 30 de junho de 2025, os débitos anteriormente incluídos nesse parcelamento, no montante de R\$ 615.585.942, foram reclassificados e encontram-se registrados na rubrica **Parcelamentos Federais (g)**.

(g) Parcelamentos Federais

Refere-se a débitos tributários federais da Companhia junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Receita Federal do Brasil (RFB). O montante de R\$ 212.662.595 correspondente aos parcelamentos PERT Especial (c) e ao montante de 615.585.942 correspondente ao Parcelamento de PIS e COFINS (f), no qual foram migrados para a Parcelamento Extraordinário e que se encontra em processo de homologação.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Obrigações tributárias – Continuação

11.1. Composição da parcela não circulante (por ano de vencimento)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
2026	991.677	983.844	992.287	984.445
2027	991.677	1.005.489	992.287	1.006.103
2028 em diante	2.328.286	2.677.045	2.329.717	2.678.682
	4.311.640	4.666.378	4.314.291	4.669.230

12. Provisões para demandas administrativas e judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, com o suporte de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, com base em pareceres técnicos emitidos por especialistas na data correspondente, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade de constituição ou não de provisão contábil para as respectivas demandas judiciais.

12.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas possuem registradas as seguintes provisões para fazer face às eventuais demandas judiciais, as quais foram classificadas pelos assessores jurídicos como de perda provável:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Tributário	324.955	324.955	405.088	405.090
Trabalhista	1.339	1.407	4.407	4.517
Cíveis	11.250	9.618	19.345	17.712
Regulatório	32	32	32	32
Ambiental	13.052	13.052	13.052	13.052
Total processos - Perdas prováveis	350.628	349.064	441.925	440.403

12.2. Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas também possuem outras demandas judiciais que foram classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, portanto, não foram registradas provisões nas respectivas informações trimestrais, individuais e consolidadas. Essas demandas judiciais somam aproximadamente:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Tributário	5.311.309	5.590.852	5.571.155	5.925.438
Trabalhista	6.258	6.894	6.258	6.894
Cíveis e outros	61.020	68.010	62.127	68.720
Total processos - perdas possíveis	5.378.587	5.665.756	5.639.540	6.001.052

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Provisões para demandas administrativas e judiciais – Continuação

12.3. Depósitos judiciais

Quando exigido por determinação legal, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	10.035	10.035	10.281	10.302
Total	10.035	10.035	10.281	10.302

13. Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais, os quais são reconhecidos à medida que os tributos são pagos. A apuração considera as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

13.1. Conciliação das provisões de impostos de renda e contribuição social

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(923.184)	(305.677)	(930.013)	(313.651)
(-) Multa sobre parcelamento	125	-	125	-
(-) Equivalência patrimonial	6.425	7.647	-	-
(+/-) Outras adições e exclusões, líquidas	387	342	387	342
Base do Lucro Real	(916.248)	(297.687)	(929.502)	(313.309)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

Não foram registrados nestas informações trimestrais os créditos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devido ao não atendimento de todas as orientações técnicas previstas no Pronunciamento Contábil CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

14.1. Capital social

Em 30 de junho de 2025 e de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 208.714, totalmente subscrito e integralizado, representado por 67.691.629 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

14.2. Reserva de capital

Em 30 de junho de 2025 e 2024, o montante de R\$ 19.752 é composto por: i) R\$ 14.821 referente à Incentivos fiscais; ii) R\$ 4.925 referente à Reserva especial (lei nº 8.200/91); e iii) R\$ 6 referente a Doações.

14.3. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo da conta de ajuste de avaliação patrimonial encontrava-se zerado em 30 de junho de 2025. Em 30 de junho de 2024, o valor registrado era de R\$ 3.274, correspondente à reavaliação de bens do ativo imobilizado em períodos anteriores, líquido dos tributos incidentes. A reversão do referido saldo ocorreu de forma gradual, por meio da depreciação dos ativos reavaliados, resultando em sua integral realização.

14.4. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 14 de abril de 2003, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, pela Companhia, de ações próprias, no montante de R\$ 224, representado por 7.349 (sete mil, trezentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mantidas em tesouraria.

15. Receita operacional líquida

É composta por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita bruta de vendas e serviços				
Gasolina	3.902.755	2.286.722	3.902.363	2.286.954
Diesel A S10	2.616.462	1.714.430	2.616.462	1.714.430
Diesel Marítimo	141.411	120.983	141.411	120.983
Diesel A S500	696.385	306.118	696.385	306.118
Álcool Hidratado	-	-	299	424
Serviços de industrialização/armazenagem	22.926	18.731	22.926	18.731
	7.379.939	4.446.984	7.379.846	4.447.640
Deduções				
(-) Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(3.049.695)	(1.694.379)	(3.048.888)	(1.694.680)
(-) Descontos, abatimentos e devoluções de vendas	(5.849)	(86.893)	(5.849)	(86.893)
	(3.055.544)	(1.781.272)	(3.054.737)	(1.781.573)
Receita operacional líquida	4.324.395	2.665.712	4.325.109	2.666.067

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Custos e despesas por natureza

São compostos por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Combustíveis	(4.950.195)	(2.826.600)	(4.951.632)	(2.827.875)
Recursos humanos	(83.181)	(65.308)	(88.251)	(68.434)
Serviços prestados pessoa jurídica (Nota 16.1)	(96.752)	(82.821)	(98.176)	(84.821)
Materiais de consumo	(10.716)	(6.279)	(11.078)	(6.466)
Consumo de utilidades	(3.769)	(3.741)	(3.947)	(3.893)
Depreciação e amortização	(25.515)	(12.237)	(25.743)	(12.447)
Fretes e carretos	(12.076)	(14.442)	(12.138)	(14.521)
Outras despesas com importação (i)	(48.718)	(25.432)	(48.718)	(25.432)
Propaganda e publicidade	(16.953)	(1.510)	(16.953)	(1.510)
Impostos e taxas	(8.313)	(19.137)	(8.941)	(19.311)
Multa sobre parcelamento	(57)	-	(57)	-
Outros custos	(8.338)	(14.712)	(8.338)	(14.712)
Outras despesas	(34.233)	(30.718)	(35.281)	(32.561)
Total	(5.298.816)	(3.102.937)	(5.309.253)	(3.111.983)
Composição por natureza				
Custos dos produtos e serviços vendidos	(5.015.570)	(2.878.394)	(5.016.200)	(2.879.018)
Gerais e administrativas	(283.246)	(224.543)	(293.053)	(232.965)
Total por natureza	(5.298.816)	(3.102.937)	(5.309.253)	(3.111.983)

(i) Referem-se aos custos do período com as importações diretas de diesel A S10 realizadas pela companhia.

16.1. Serviços prestados por pessoa jurídica

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Serviços jurídicos	(44.073)	(38.619)	(44.906)	(39.737)
Serviços de logísticas e armazenagem de mercadorias	(22.018)	(10.097)	(22.024)	(10.101)
Consultoria empresarial	(4.706)	(8.167)	(4.811)	(8.250)
Serviços técnicos especializados	(2.381)	(2.175)	(2.515)	(2.307)
Manutenção de equipamentos e instalações	(2.292)	(1.653)	(2.305)	(1.661)
Serviços operacionais de apoio portuário e marítimo	(11.790)	(13.172)	(11.790)	(13.172)
Demais serviços de terceiros	(9.492)	(8.938)	(9.825)	(9.593)
Total	(96.752)	(82.821)	(98.176)	(84.821)

17. Remuneração da administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, cabe aos acionistas, em Assembleia Geral, fixar a remuneração anual dos administradores. Em Ata de Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 30 de abril de 2025, foi estabelecido o limite de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) da Companhia.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a remuneração total dos administradores, incluindo salários e benefícios, totalizou R\$ 1.280 mil (R\$ 1.437 mil no consolidado), em comparação a R\$ 1.199 mil (R\$ 1.355 mil no consolidado) no mesmo período de 2024. Tais valores estão dentro dos limites aprovados na referida AGO de 30 de abril de 2025.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Outras receitas operacionais				
Outras receitas	295	2.326	4.730	4.546
Total outras receitas operacionais	295	2.326	4.730	4.546
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	295	2.326	4.730	4.546

19. Resultado financeiro, líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	63.905	234.516	63.919	234.516
Descontos recebidos	10	2	10	4
Variações Cambiais Ativas	43.456	137	43.456	137
Total receitas financeiras	107.371	234.655	107.385	234.657
Despesas financeiras				
Juros passivos (ii)	(39.163)	(64.924)	(40.175)	(65.922)
Despesas bancárias	(189)	(177)	(195)	(184)
Descontos concedidos	-	-	(24)	(19)
Variações cambiais passivas	(9.365)	(31.418)	(9.365)	(31.418)
Outras despesas financeiras	(7)	(67)	(14)	(133)
Total despesas financeiras	(48.724)	(96.586)	(49.773)	(97.676)
Resultado financeiro, líquido	58.647	138.069	57.612	136.981

(i) Representado pela remuneração dos recursos da Companhia gerenciados pela empresa Yield Financial Services S.A.

(ii) Representado pela atualização dos parcelamentos realizados pela Companhia e suas controladas.

20. Gestão de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Gestão de Capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de garantir a continuidade de suas operações, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno por meio da otimização do uso de instrumentos de dívida e patrimônio. A estrutura de capital é composta pelo endividamento líquido e pelo passivo a descoberto da Companhia. O índice de endividamento é o seguinte:

Descrição	Controladora	
	30/06/2025	31/12/2024
Dívida (A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante)	(17.705.569)	(15.186.752)
Caixa e equivalentes de caixa	52.689	2.976
Contas a receber	2.847.802	2.211.687
Dívida líquida	(14.805.078)	(12.972.089)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(7.433.374)	(6.510.190)
Endividamento Total	(22.238.452)	(19.482.279)

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Gestão de riscos – Continuação

(b) Risco de crédito

O risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido à dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. A Administração da Companhia monitora de perto eventuais problemas de não realização significativa e, em 30 de junho de 2025, não estimou perdas em créditos de liquidação duvidosa, conforme mencionado na Nota 5.

(c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia realiza uma análise dos fluxos de caixa projetados e revisa periodicamente as obrigações assumidas, garantindo a capacidade de cumprimento de suas responsabilidades financeiras.

Descrição	Controladora			
	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
<u>30 de junho de 2025</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	52.689	-	-	52.689
Contas a receber - A vencer (Nota 5.1)	1.200.702	1.647.100	-	2.847.802
Fornecedores - circulante	(2.272)	(433.035)	(27.805)	(463.112)
	<u>1.251.119</u>	<u>1.214.065</u>	<u>(27.805)</u>	<u>2.437.379</u>
<u>31 de dezembro de 2024</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	93.092	-	-	93.092
Contas a receber - A vencer (Nota 5.1)	1.236.256	975.431	-	2.211.687
Fornecedores - circulante	(104.950)	(1.617)	-	(106.567)
	<u>1.224.398</u>	<u>973.814</u>	<u>-</u>	<u>2.198.212</u>

21. Informações por segmento

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para a tomada de decisões nas próprias informações trimestrais, individuais e consolidadas, utilizando a mesma base na qual essas demonstrações são divulgadas. Ou seja, a Companhia considera um único segmento internamente, denominado "Comercialização de combustíveis para distribuidoras".

22. Resultado por ação

O resultado por ação é apresentado nas modalidades básico e diluído, sendo calculado com base no prejuízo atribuível aos acionistas da controladora e na média ponderada das ações ordinárias em circulação no período.

Básico: O lucro ou prejuízo básico por ação é apurado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações mantidas em tesouraria, quando aplicável.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas

(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Resultado por ação – Continuação

Descrição	Controladora	
	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo de janeiro a junho - em milhares de reais	(923.184)	(305.677)
Quantidade de ações (mil) em circularização	67.692	67.692
Prejuízo diluído por lote de mil ações (em reais)	(13,64)	(4,52)

Diluído: O resultado diluído por ação é calculado considerando a mesma base do resultado básico, ajustada pelo efeito potencial de instrumentos dilutivos em circulação no período, como opções de compra de ações, quando existentes.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025 e 2024, o resultado por ação diluído é igual ao básico, uma vez que não há instrumentos financeiros com efeito dilutivo que possam alterar o número de ações ordinárias em circulação.

As ações ordinárias potenciais diluídas referem-se a instrumentos de remuneração baseados em ações, como opções de compra de ações outorgadas a executivos. O cálculo do efeito dilutivo é feito com base na quantidade de ações que poderiam ser emitidas pelo valor justo, considerado o preço médio de mercado das ações da Companhia no respectivo período. Quando aplicável, o número adicional de ações é acrescido à média ponderada utilizada no cálculo do lucro diluído por ação.

Descrição	Controladora	
	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo de janeiro a junho - em milhares de reais	(923.184)	(305.677)
Quantidade de ações (mil) em circularização	67.692	67.692
Prejuízo diluído por lote de mil ações (em reais)	(13,64)	(4,52)

23. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2025 a Companhia possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, transporte internacional e seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

- **Responsabilidade civil:** cobertura para danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros em decorrência das atividades operacionais - R\$ 50.000;
- **Risco patrimonial:** cobertura contra incêndio, raio e explosão - R\$ 100.000;
- **Transporte internacional:** cobertura contra danos materiais aos produtos transportados- US\$ 50.000.

As premissas adotadas para definição dos valores segurados e os critérios de contratação das apólices refletem a política de gerenciamento de riscos da Companhia. No entanto, devido à natureza e especificidade dessas coberturas, tais informações não integram o escopo de revisão das informações trimestrais e, portanto, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Notas Explicativas
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às informações trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Compromisso ambiental (licença de operação)

Em 12 de agosto de 2011, a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) concedeu à Companhia licença de operação e recuperação ambiental, com validade prorrogada automaticamente, conforme o artigo 28 do Decreto Estadual nº 44.280/2014. A licença abrange as atividades de tratamento de nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel e óleo combustível, bem como a recuperação da área impactada por passivo ambiental relacionado à contaminação do solo e das águas subterrâneas.

Adicionalmente, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) concedeu licença de operação para o oleoduto terrestre e marítimo, incluindo sua interligação ao parque industrial da Companhia, destinado à transferência de álcool, petróleo, nafta, condensados, aromáticos, óleo diesel e demais derivados.

25. Certificação ISO 9001:2015

A Companhia, por meio de auditoria independente conduzida pela Bureau Veritas Certification – Brasil, obteve a extensão da certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com os requisitos da norma NBR ISO 9001:2015.

A certificação foi concedida com base na avaliação da aderência aos processos e controles internos da Companhia e abrange o seguinte escopo: "Refino, Processamento, Armazenamento, Movimentação e Comercialização de Derivados de Petróleo, Combustíveis e Biocombustíveis."

Tal certificação reforça o compromisso da Companhia com a padronização de processos, a melhoria contínua da qualidade e a conformidade regulatória nas suas operações.

*

*

*

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS- ITR

Aos Administradores e acionistas

Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial.

Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21(R4), correlacionada com o Pronunciamento Técnico CPC 21-"Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34-Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410-"Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410-Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

a. Em 30 de junho de 2025 a Companhia e sua controla possuía valores pendentes de recolhimento e atualização monetária no âmbito Estadual, ICMS a Recolher e ICMS ST, que totalizavam os montantes de R\$11.825.157mil e R\$11.825.161mil na Controladora e Consolidado, respectivamente. Conseqüentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre os possíveis impactos nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo contido no parágrafo base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4), correlacionada com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Continuidade normal dos negócios

A Companhia em 30 de junho de 2025, apresenta prejuízo de R\$923.184mil, passivo circulante excedendo o ativo circulante em R\$3.138.316mil e R\$3.130.854mil na controladora e consolidado, Patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R\$ 6.919.006mil, e um endividamento total de R\$ 22.238.452mil. A Administração da Companhia vem implantando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa. As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nosso relatório de revisão não contém modificação em virtude desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -"Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no mencionado Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2025.

ANEND AUDITORES INDEPENDENTES S/C

CRC-RJ n.º 003550/O

Hildo Jardim Alegria

CRC RJ 041841/O-8 T-RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, VI, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art.27, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que, na qualidade de diretores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A – Em Recuperação Judicial, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2025.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27, §1º, V, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto no Art.27, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que, na qualidade de diretores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – Em Recuperação Judicial, revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes (Anend Auditores Independentes) relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – Em Recuperação Judicial, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2025.

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO

Diretor-Presidente

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES

Diretor de Relações com Investidores